



FACULDADE MAUÁ DE GOIÁS
Instituto de Ensino e Pesquisa do Planalto Central
Bacharelado em Educação Física

Samuel Lima de oliveira

A Natação na Infância: Estratégias Educacionais para a Prevenção de Afogamentos

ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS

2025.2



FACULDADE MAUÁ DE GOIÁS
Instituto de Ensino e Pesquisa do Planalto Central
Bacharelado em Educação Física

Samuel Lima de Oliveira

A Natação na Infância: Estratégias Educacionais para a Prevenção de Afogamentos

Artigo científico entregue á Faculdade Mauá de Goiás, como requisito parcial obrigatório para obtenção do certificado de conclusão de graduação em Bacharelado em Educação Física.

Orientador: Francisco Cardoso Mendonça

A Natação na Infância: Estratégias Educacionais para a Prevenção de Afogamentos

Samuel Lima de Oliveira¹
Hellen Caroline Costa Vieira²
Francisco Cardoso Mendonça³

RESUMO

No Brasil, o afogamento configura-se como uma das principais causas de mortalidade infantil, representando um grave e persistente problema de saúde pública. Diante dessa realidade alarmante, torna-se imprescindível a adoção de medidas preventivas, programas educativos e a implementação de estratégias eficazes que visem à redução dos índices de óbitos e das possíveis sequelas resultantes desses acidentes aquáticos. A conscientização da população, a educação voltada para a segurança aquática e o acesso a informações adequadas e contínuas são elementos essenciais nesse processo de prevenção. O presente artigo tem como objetivo analisar, compreender e discutir as principais estratégias voltadas à prevenção do afogamento infantil, considerando ações educativas, políticas públicas, campanhas de conscientização e capacitação profissional. O estudo foi elaborado a partir de consultas em bases de dados da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e da Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático (SOBRASA), artigos científicos, buscando reunir evidências, boas práticas e soluções eficazes para reduzir esse tipo de acidente.

Palavras-chave: Afogamento. Infantil. Estratégia.

ABSTRACT

In Brazil, drowning is one of the leading causes of infant mortality, representing a serious and persistent public health problem. Faced with this alarming reality, the adoption of preventive measures, educational programs, and the implementation of effective strategies aimed at reducing death rates and the possible sequelae resulting from these aquatic accidents are essential. Public awareness, education focused on aquatic safety, and access to adequate and continuous information are essential elements in this prevention process. This article aims to analyze, understand, and discuss the main strategies for preventing childhood drowning, considering educational actions, public policies, awareness campaigns, and professional training. The study was developed from consultations in databases of the Brazilian Society of Pediatrics (SBP) and the Brazilian Society of Aquatic Rescue (SOBRASA), and scientific articles, seeking to gather evidence, best practices, and effective solutions to reduce this type of accident.

¹ Aluno do Curso de Graduação em Bacharelado em Educação Física da Faculdade Mauá de Goiás. E-mail: samuellimadeoliveira094@gmail.com

² Ms orientador do trabalho de conclusão de curso em Educação Física - Faculdade Mauá

³ Coordenadora do Curso Bacharelado em Educação Física - Faculdade Mauá

Keywords: Drowning.Childhood.Strategy.

Introdução

A mortalidade infantil por afogamento é um dos problemas de saúde pública mais significativos e persistentes, tanto no Brasil quanto no resto do mundo. No território brasileiro, a situação se torna alarmante ao notar que crianças de zero a quatorze anos estão entre os grupos mais suscetíveis a esse tipo de acidente, que frequentemente ocorre de maneira rápida e silenciosa. A combinação da curiosidade natural das crianças, a imprevisibilidade de suas ações e a exposição a corpos d'água sem as necessárias condições de segurança forma um quadro de risco considerável. Além disso, fatores como a falta de supervisão, a falta de conhecimento sobre como prevenir acidentes, deficiências nas estruturas de locais de convivência e a ausência de políticas públicas eficazes voltadas para a proteção infantil em contextos aquáticos agravam a situação.

O afogamento causa milhares de óbitos anualmente no país, com uma boa parte dos incidentes ocorrendo em ambientes domésticos, como piscinas, tanques e reservatórios improvisados. O caráter silencioso do afogamento, que frequentemente não é acompanhado de gritos ou pedidos de ajuda, torna a supervisão e a prevenção ainda mais difíceis, demandando vigilância constante e planejamento estratégico. Neste cenário, ressalta-se a necessidade urgente de ações que envolvam diferentes áreas da sociedade, incluindo famílias, escolas, comunidades e o governo.

A prevenção, nesse contexto, se destaca como a ferramenta mais importante para a diminuição desses índices alarmantes. A adoção de iniciativas educativas, a inclusão sobre segurança em ambientes aquáticos no currículo escolar, a capacitação de pais, cuidadores e educadores, além do estabelecimento de programas comunitários de conscientização, são ações fundamentais para reduzir riscos e estimular comportamentos seguros. Ademais, entender os fatores que levam ao afogamento infantil, bem como investigar estratégias preventivas fundamentadas em evidências, é essencial para a formulação de políticas públicas mais eficazes, sustentáveis e que atendam às verdadeiras necessidades da população.

Assim, analisar o fenômeno do afogamento infantil de um ângulo multidimensional não só contribui para o avanço do conhecimento nas áreas de saúde e segurança, como também possibilita o desenvolvimento de práticas de prevenção consistentes que podem salvar vidas e alterar realidades.

A pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de natureza descritiva e qualitativa. Foram consultadas bases de dados da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), da Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático (SOBRASA), do Ministério da Saúde, Organização Mundial da Saúde (OMS), além de artigos científicos publicados entre 2018 e 2024, totalizando um período de 7 anos de análise.

Destarte, esse trabalho encontra-se organizado em três seções principais: inicialmente, apresenta-se a fundamentação teórica que aborda a causas e fatores de risco; em seguida, desenvolve-se a análise dos desafios e possibilidades relacionados à prática de estratégias e prevenções; por fim, expõem-se as considerações finais, nas quais se destacam os resultados da discussão e as contribuições do estudo.

Fundamentação teórica

As mortes por afogamento entre crianças de 0 a 14 anos ocorrem, na maioria dos casos, por uma combinação de fatores. Entre eles estão a fragilidade física comum nessa idade, a falta de supervisão constante e a ausência de cuidados básicos de segurança em locais onde há água. Muitas pessoas não sabem, mas uma criança pequena pode se afogar em poucos centímetros de água. Isso significa que até situações aparentemente seguras, como um balde, uma bacia ou uma poça mais funda, podem representar um risco real.

Durante o crescimento, a curiosidade das crianças se intensifica. Elas passam a explorar o ambiente, investigar objetos, testar limites e ganhar mais autonomia nos movimentos. Contudo, apesar dessa vontade de aprender, a compreensão sobre perigos ainda é limitada.

Uma criança não entende totalmente que a água pode ser arriscada, tampouco sabe como reagir diante de um susto ou queda. Por isso, a vigilância de adultos deve

ser constante, especialmente em lugares com qualquer tipo de acúmulo de água, como piscinas, banheiras, baldes, caixas d'água e até áreas internas da casa.

É fundamental lembrar que um afogamento pode ocorrer em questão de segundos. Muitas vezes, o acidente acontece silenciosamente, sem gritos ou barulho, o que dificulta a percepção do ocorrido. Locais com pouca água também podem ser perigosos. Crianças pequenas não possuem força suficiente para se levantar sozinhas se caírem de bruços, o que faz com que situações simples possam se tornar fatais.

A proximidade com a água proporciona contato frequente com esses espaços, muitas vezes sem supervisão contínua. Além disso, atividades como nadar, correr perto da piscina, pular na água ou brincar com mangueiras e baldes podem parecer seguras, mas tornam-se perigosas sem acompanhamento adequado ou equipamentos de segurança.

Os dados coletados entre 2010 e 2023 mostram que, ao longo dos anos, as taxas de morte e internação por afogamento entre crianças e adolescentes variaram, mas nunca deixaram de existir, o que evidencia a necessidade de atenção contínua ao tema.

Outro fator que aumenta o risco é a falta de aprendizado sobre natação e segurança na água. Muitas crianças crescem sem ter aulas de natação ou sem aprender técnicas básicas de autoproteção. Ensinar desde cedo habilidades aquáticas essenciais, como flutuar, manter a calma e pedir ajuda, pode fazer diferença. Embora não substituam a supervisão, essas habilidades ajudam a reduzir riscos.

É importante lembrar que, mesmo que o álcool esteja mais associado a afogamentos na vida adulta, quando um responsável alcoolizado supervisiona uma criança, sua atenção diminui significativamente, elevando o risco de acidentes. A supervisão deve sempre ser feita por adultos alertas e atentos.

Entre os principais fatores que levam aos afogamentos estão: a falta de barreiras físicas, a ausência de supervisão adequada e o desconhecimento de primeiros socorros.

Para evitar esse tipo de acidente, é essencial adotar cuidados simples, porém eficazes. Instalar cercas ao redor de piscinas, usar travas e tampas em recipientes com água, ensinar crianças a nadar e orientar responsáveis sobre como agir em emergências são medidas fundamentais. Pequenas ações, quando feitas de forma contínua, criam ambientes mais seguros. Quando todos compreendem os riscos e adotam práticas seguras, os acidentes diminuem e se desenvolve uma cultura de cuidado que acompanha a criança por toda a vida.

À medida que as crianças crescem, a curiosidade aumenta e elas começam a explorar mais o ambiente, testar limites e aprender novos movimentos. No entanto, mesmo com essa vontade de conhecer tudo ao redor, elas ainda não compreendem bem os riscos. Elas não sabem reconhecer o perigo da água e, caso caiam ou se assustem, muitas vezes não sabem como reagir.

Por essa razão, a presença de um adulto atento é essencial, principalmente em lugares com qualquer quantidade de água, como piscinas, banheiras, baldes, caixas d'água ou até pequenos acúmulos dentro de casa. Um afogamento pode ocorrer em poucos segundos e, na maioria das vezes, de forma silenciosa, sem gritos ou barulho. Isso faz com que seja ainda mais difícil perceber o que está acontecendo. Mesmo locais com pouca água podem ser perigosos, pois crianças pequenas não têm força para se levantar sozinhas se caírem de bruços.

A falta de barreiras de segurança é um dos principais fatores que contribuem para esses acidentes. Piscinas sem cercas, caixas d'água sem tampas e tanques abertos aumentam muito o risco, especialmente dentro de casa. Além disso, crianças que vivem ou passam muito tempo perto de rios, lagos, represas ou praias têm maior probabilidade de sofrer afogamento, já que têm contato frequente com esses ambientes, muitas vezes sem supervisão constante. Atividades simples, como correr

perto da piscina, pular na água ou brincar com mangueiras e baldes, podem parecer inofensivas, mas tornam-se perigosas sem um adulto alerta.

Outro elemento que aumenta os riscos é a falta de ensino sobre natação e segurança na água. Muitas crianças crescem sem aprender noções básicas, como flutuar, manter a calma ou pedir ajuda. Embora isso não substitua a supervisão adulta, aprender essas habilidades desde cedo pode ajudar a reduzir acidentes. Da mesma forma, quando o responsável está alcoolizado, sua atenção diminui, o que aumenta o risco de falhas na supervisão.

A prevenção do afogamento infantil é responsabilidade de toda a comunidade. Pais, responsáveis, familiares, vizinhos e até escolas podem contribuir. Quando todos entendem os riscos e adotam práticas seguras, os acidentes diminuem e se cria uma cultura de proteção que acompanha a criança durante toda a vida.

Em uma situação de afogamento infantil, a primeira atitude deve ser manter a calma para conseguir agir com rapidez e segurança. Assim que perceber que a criança está em perigo, é fundamental retirá-la da água o mais rápido possível, sempre tomando cuidado para não se colocar em risco também. Depois de retirar a criança, é importante verificar se ela está respirando. Caso não esteja, deve-se iniciar imediatamente as manobras de primeiros socorros, como a respiração artificial e as compressões no peito, seguindo o padrão recomendado por profissionais de saúde.

Se a criança estiver consciente, mas assustada, deve-se mantê-la calma, aquecida e em posição confortável até a chegada de ajuda especializada. É essencial acionar o serviço de emergência o quanto antes, informando o que aconteceu e seguindo as orientações passadas pelo atendente. Mesmo que a criança pareça estar bem após o susto, é necessário levá-la ao atendimento médico, pois podem ocorrer complicações internas que não são percebidas imediatamente.

Durante todo o processo, a atenção e o cuidado são fundamentais. Agir com rapidez, mas de forma segura, aumenta muito as chances de recuperação da criança.

Além disso, compreender a importância da prevenção é essencial para evitar que situações como essa se repitam no futuro. **(Figura 1)**

Figura 1 – Primeiros socorros: o que fazer se a criança se afogar.



Fonte: MAMÃE PINGO, 2025.

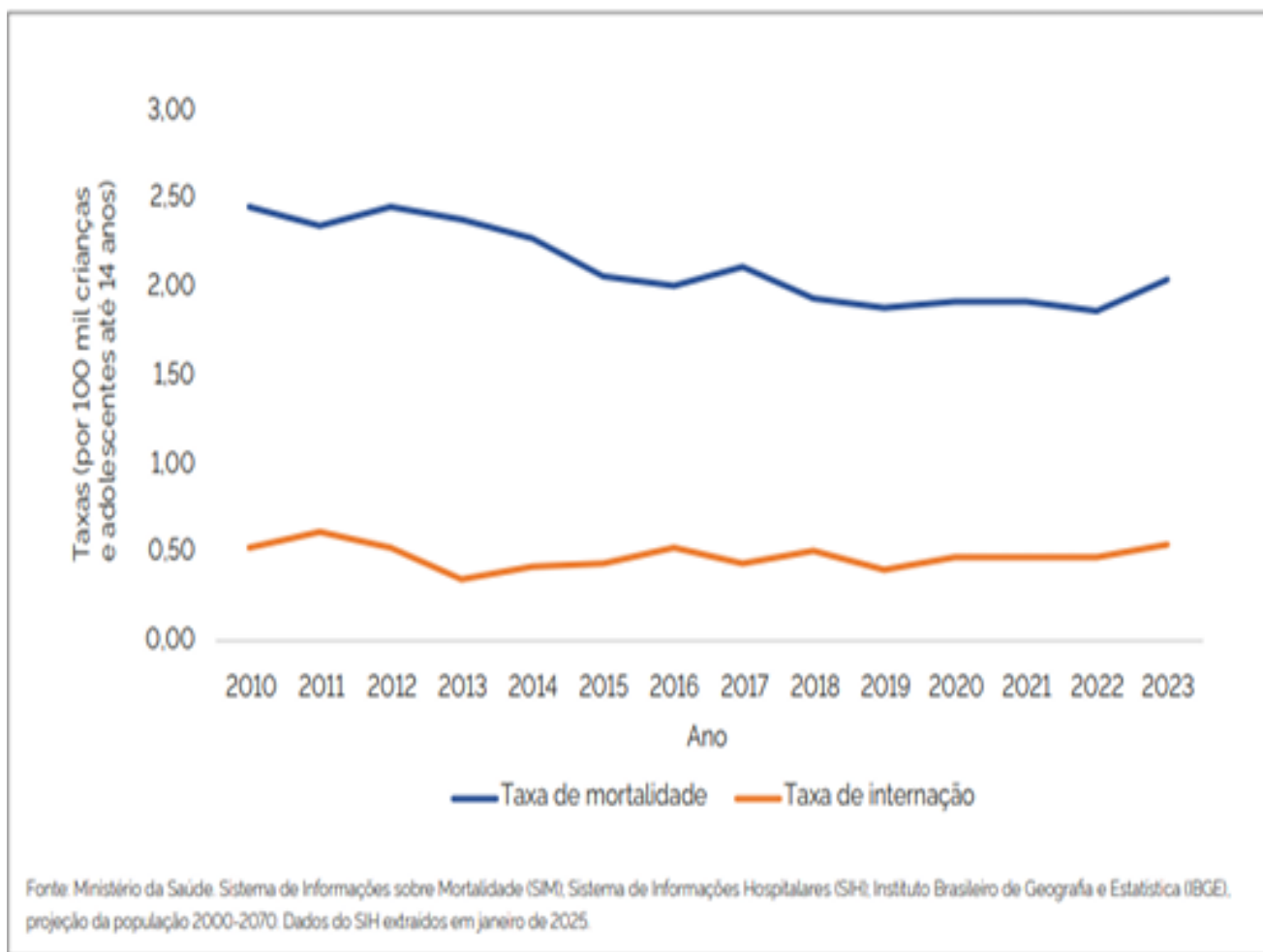
Resultados e Discussão

A análise das fontes consultadas evidencia que os índices de afogamento infantil permanecem elevados, embora iniciativas de prevenção estejam em expansão. Segundo a SOBRASA (2023), as ações educativas implementadas em parceria com escolas e empresas reduziram em até 30% os casos de afogamento em determinadas regiões do país.

No Brasil, a análise sobre mortalidade e internações decorrentes de afogamentos não intencionais em crianças e adolescentes, apontou uma redução das taxas de óbito

entre 2010 e 2023, embora os últimos anos da série indiquem uma tendência de estabilização. **(Figura 2)**

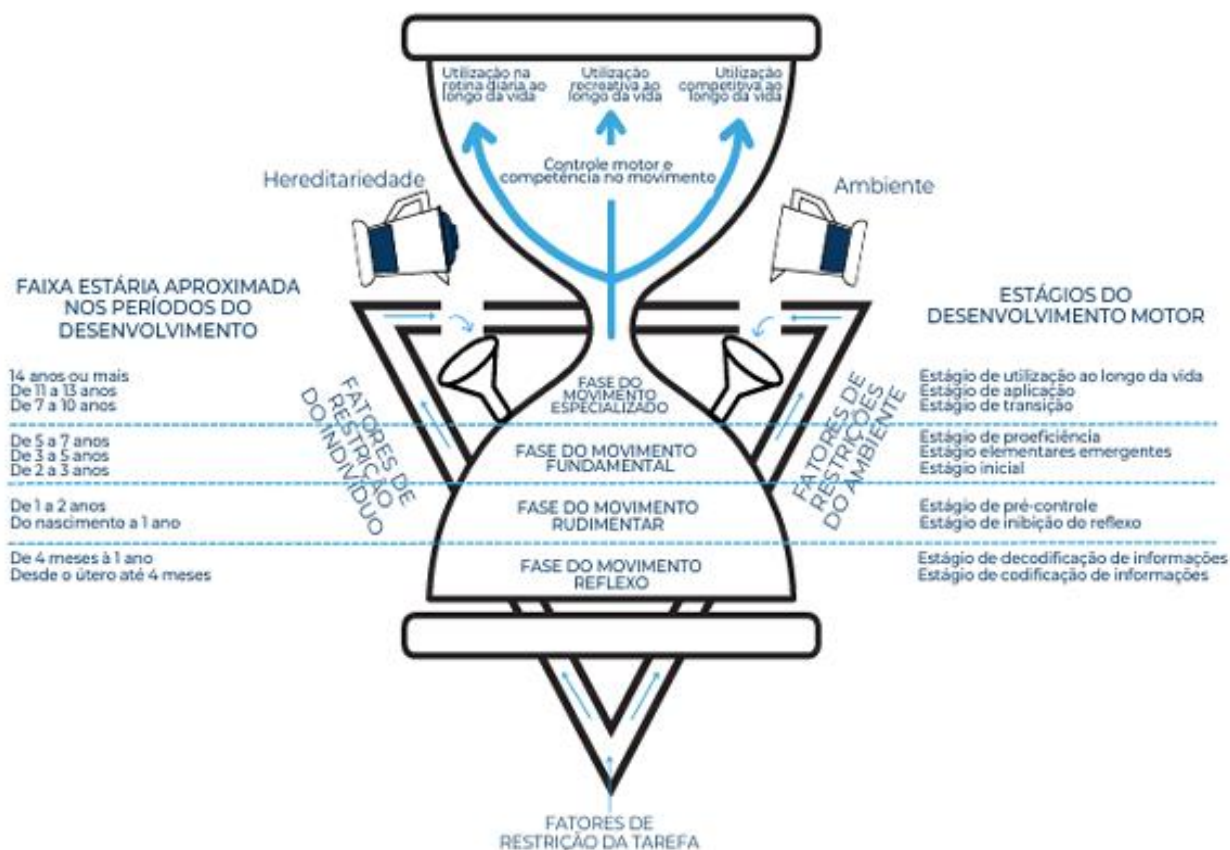
Figura 2 – Taxa de mortalidade e de internação por afogamento não intencional entre crianças e adolescentes até 14 anos. Brasil, 2010 a 2023



Fonte: Ministério da Saúde. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), projeção da população 2000-2070.

Dessa maneira, torna-se essencial desenvolver campanhas de prevenção voltadas aos grupos mais vulneráveis, além de orientar responsáveis a adotarem medidas de conscientização e segurança durante atividades recreativas que envolvem água durante o desenvolvimento motor das crianças. **(Figura 3)**

Figura 3 : Modelo do desenvolvimento motor ao longo da vida.



Fonte: (adaptado de GALLAHUE & OZMUN, 2017, p. 76)

A fase dos movimentos rudimentares acontece mais ou menos entre o primeiro e o segundo ano de vida da criança. É nesse período que ela começa a fazer os primeiros movimentos voluntários, mesmo que ainda sejam bem simples. Nessa idade, a criança começa a engatinhar, tentar andar, segurar e explorar objetos, além de aprender a controlar melhor o próprio corpo. Esses movimentos iniciais são importantes porque servem como base para que, mais pra frente, ela desenvolva ações e habilidades motoras mais avançadas.

Os movimentos rudimentares representam o início do controle motor voluntário, surgindo à medida que a criança desenvolve maior domínio sobre o próprio corpo.

Esses movimentos resultam da interação entre a maturação biológica e as oportunidades de prática oferecidas no ambiente. Nessa fase, observam-se progressos importantes, como o controle do pescoço e do tronco, a capacidade de sentar, engatinhar, permanecer em pé e dar os primeiros passos, além do início da manipulação de objetos. Para que esse desenvolvimento ocorra adequadamente, é essencial que a criança seja exposta a um ambiente seguro, estimulante e favorável à exploração motora.

Esses achados enfatizam a relevância da educação voltada para a prevenção e da união da comunidade na redução de riscos. A ausência de políticas públicas bem estruturadas e de uma fiscalização efetiva continua sendo um obstáculo, principalmente em zonas rurais e em áreas carentes, onde o acesso a informações e a uma infraestrutura segura é restrito.

Os dados também revelam que é essencial desenvolver uma consciência coletiva acerca da segurança na água. A colaboração entre famílias, instituições educativas e autoridades deve ser reforçada, visando incentivar uma cultura de cuidado e proteção à infância. Desse modo, a prevenção de afogamentos infantis requer não apenas ações isoladas, mas um esforço conjunto de toda a sociedade.

Considerações Finais

O estudo realizado possibilitou uma análise minuciosa do fenômeno de afogamentos infantis no Brasil, ressaltando a seriedade dessa questão e a necessidade premente de ações preventivas eficazes. Durante a pesquisa, foram abordadas as principais causas dos incidentes, os fatores de risco envolvidos e as táticas de prevenção que podem ser aplicadas em diversos contextos, incluindo a educação em casa, nas escolas e nas comunidades. Verificou-se que, apesar da existência de iniciativas e campanhas de conscientização, ainda persistem lacunas significativas na eficácia dessas ações, especialmente no que diz respeito à fiscalização, à criação de estruturas seguras e à capacitação de profissionais e cuidadores.

Os objetivos estipulados foram alcançados ao mostrar que a prevenção de afogamentos infantis demanda uma abordagem que considere múltiplos fatores, integrando políticas públicas, educação e conscientização coletiva. Contudo, entre as limitações do estudo, destacam-se a dependência de fontes bibliográficas e a ausência de dados primários específicos que avaliem a eficácia de certas estratégias em diferentes áreas do país.

Como sugestão, enfatiza-se a importância de futuras pesquisas que examinem empiricamente a efetividade das medidas preventivas, além do desenvolvimento de programas educativos que sejam ajustados às realidades locais. Também se propõe a criação de políticas públicas mais amplas e contínuas, destinadas à construção de ambientes aquáticos seguros e à promoção de uma cultura de prevenção desde a infância. Assim, será possível reduzir significativamente os índices de afogamentos infantis, atenuando as repercussões físicas e psicológicas para as crianças e suas famílias.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. *Viva: vigilância de violências e acidentes*. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

GALLAHUE, David L.; OZMUN, John C. *Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos*. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. *Boletim Epidemiológico*, v. 56, n. 10, 24 jul. 2025. Mortalidade e intimação por afogamento não intencional de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos no Brasil. Brasília: MS/SVSA, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2025/boletim-epidemiologico-volume-56-no-10-24-de-jul.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2025.

NOGUEIRA, C. M. et al. Mortalidade por afogamento em crianças menores de 5 anos no Brasil: 2001-2010. *Revista Baiana de Saúde Pública*, Salvador, v. 40, n. 3, p. 616–632, jul./set. 2016. DOI: <https://doi.org/10.22278/2318-2660.2016.v40.n3.a1701>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Global report on drowning: preventing a leading killer*. Genebra: OMS, 2022. Disponível em: <https://www.who.int/>. Acesso em: 23 set. 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA (SBP). *Prevenção de acidentes na infância e adolescência*. São Paulo: SBP, 2023. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/>. Acesso em: 23 set. 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA (SBP). *Prevenção de afogamentos na infância: orientações e recomendações*. São Paulo: SBP, 2023. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/>. Acesso em: 23 set. 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SALVAMENTO AQUÁTICO (SOBRASA). *Prevenção a afogamentos ganha força com parceria entre DHL Express e SOBRASA*. 2023. Disponível em: <https://sobrasa.org/prevencao-a-afogamentos-ganha-forca-com-parceria-entre-dhl-express-e-sobrasa/>. Acesso em: 23 set. 2025.

SZPILMAN, D. et al. *Afogamentos – medidas de prevenção em diferentes cenários*. Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático – SOBRASA, dez. 2015. Disponível em: https://sobrasa.org/new_sobrasa/arquivos/medidas_de_prevencao/MEDIDAS_DE_PREVENCAO_EM_AFOGAMENTOS_SOBRASA_2015_mini.pdf. Acesso em: 19 nov. 2025.

GALLAHUE, David L.; OZMUN, John C. *Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos*. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2017.

GALLAHUE, David L.; OZMUN, John C. *Understanding motor development: infants, children, adolescents, adults*. 5. ed. Boston: McGraw-Hill, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)*. Brasília: Ministério da Saúde, 2010 a 2023.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Projeção da população 2000–2070*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010 a 2023.

MAMÃE PINGO. Afogamento infantil: como prevenir e agir rapidamente. Disponível em: <https://mamaepingo.com.br/afogamento-infantil-como-prevenir-e-agir-rapidamente/>. Acesso em: 30 nov. 2025.